



**SENADO FEDERAL**  
**Gabinete do Senador DELCÍDIO AMARAL**

**PARECER Nº , DE 2004**

DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, ao Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2001, que propõe excluir o setor elétrico do Programa Nacional de Desestatização.

RELATOR: Senador **DELCÍDIO AMARAL**

**I – RELATÓRIO**

Vem à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura o Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2001, que propõe excluir o setor elétrico do processo de privatização.

Inicialmente, o PLS nº 32, de 2001, foi despachado para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde foi relatado oralmente pelo Senador Roberto Requião, tendo recebido aprovação unânime. A matéria foi encaminhada, em seguida, para a Comissão de Assuntos Econômicos, para apreciação em caráter terminativo, onde o Senador Rodolpho Tourinho deverá relatar a matéria. Entrementes, atendendo a requerimento do Senador José Jorge, a proposição foi encaminhada para a oitiva desta Comissão.

De autoria dos Senadores Roberto Freire, Paulo Hartung e Carlos Wilson, o PLS sob análise propõe a alteração do art. 3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997. Essa Lei alterou procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização (PND) incluindo todas as empresas públicas federais entre aquelas passíveis de desestatização, salvo a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e os bancos regionais de fomento.

A nova redação do art. 3º propõe acrescentar as empresas públicas ou sociedades de economia mista do setor de *geração e transmissão* de energia elétrica entre aquelas excluídas do PND, nos seguintes termos:

**Art. 3º** *Não se aplicam os dispositivos desta Lei ao Banco do Brasil S.A., à Caixa Econômica Federal, às empresas públicas ou sociedades de economia mista do setor de geração e transmissão de energia elétrica e àquelas que exerçam*

- 1 -

Gabinete do Senador Delcídio Amaral	Telefone: 61 311 2452
Senado Federal - Ala Senador Afonso Arinos - Gabinete 8	Fax: 61 311 1926
70165-900 - Brasília - DF	delcidio.amaral@senador.gov.br



**SENADO FEDERAL**  
**Gabinete do Senador DELCÍDIO AMARAL**

*atividades de competência exclusiva da União, de que tratam os incisos XI e XXIII do art. 21 e a alínea "c" do inciso I do art. 159 e o art. 177 da Constituição Federal, não se aplicando a vedação aqui prevista às participações acionárias detidas por essas entidades, desde que não incida restrição legal à alienação das referidas participações." (grifo nosso)*

Pela proposta do PLS sob análise, essas empresas seriam retiradas do PND, que, nos termos do art. 2º da Lei nº 9.491, de 1997, engloba apenas os ativos da União.

## **II – ANÁLISE**

A União atua nos segmentos de geração e de transmissão de energia elétrica por intermédio das Centrais Elétricas Brasileiras S. A. (ELETROBRÁS), *holding* do setor, que tem entre suas subsidiárias as seguintes empresas e seus respectivos segmentos de atividade:

- Furnas Centrais Elétricas S. A. (geração e transmissão);
- Companhia Hidroelétrica do São Francisco S. A. (CHESF) (geração e transmissão);
- Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. (ELETRONORTE) (geração e transmissão);
- Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S. A. (transmissão);
- Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE) (geração).

Dessa lista se depreende que, apesar de o texto do PLS não enumerar as empresas a serem excluídas do PND, na prática, a alteração do art. 3º refere-se apenas às empresas citadas acima. Não há outras empresas federais atuando nos segmentos de geração ou de transmissão de energia elétrica. O segmento de distribuição ainda contempla empresas federais, que continuam passíveis de desestatização, mas elas não são objeto do PLS em comento.

Recentemente, o Poder Executivo sancionou a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que altera as regras de comercialização do setor elétrico e dá outras providências. Essa Lei é o resultado do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2004, do qual fui relator. Em seu art. 31, a Lei nº 10.848, de 2004, retira as empresas do Grupo Eletrobrás do PND:

Art. 31. ....

- 2 -

Gabinete do Senador Delcídio Amaral	Telefone: 61 311 2452
Senado Federal - Ala Senador Afonso Arinos - Gabinete 8	Fax: 61 311 1925
70165-900 - Brasília - DF	delcidio.amaral@senador.gov.br



**SENADO FEDERAL**  
**Gabinete do Senador DELCÍDIO AMARAL**

*§ 1º Ficam excluídas do Programa Nacional de Desestatização - PND a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS e suas controladas: Furnas Centrais Elétricas S/A, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - ELETRONORTE e Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S/A - ELETROSUL e a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE.*

.....

A enumeração contida nesse § 1º coincide com a lista das empresas federais do setor elétrico que o PLS propõe excluir do PND. Diante disso, fica claro que o PLS já foi implementado pelo art. 31 da Lei nº 10.848, de 2004, tornando-se injurídico, porquanto não está mais inovando o arcabouço legal. Em decorrência dessa constatação, recomendamos o arquivamento do PLS nº 32, de 2001, por injuridicidade, não obstante sua pertinência.

### **III – VOTO**

Voto pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2001, por injuridicidade.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator